

Sarney não quer mais tapar buracos

Definição entre "velha" e "Nova República" sai no discurso do dia 22

FRANCISCO GUALBERTO

Chega de tapar buracos. Esta será a palavra de ordem embutida no pronunciamento do presidente José Sarney, que será feito à Nação no próximo dia 22, e que vem sendo considerado no Palácio do Planalto como o marco de definição entre a "velha" e a "Nova República", e o mais importante pronunciamento do Presidente. Com esta postura, o presidente Sarney quer exatamente pôr fim à adoção de medidas imediatistas no seu governo, desarticuladas de uma política econômica de médio e de longo prazos, política esta, amarrada a grandes objetivos nacionais inarredáveis, como a manutenção do crescimento econômico e o combate à miséria.

HELIVAL RIOS
Da Editoria de Economia

Neste pronunciamento, segundo se informou no Palácio do Planalto, o presidente Sarney pretende encerrar o ciclo das medidas puramente circunstanciais, forçadas apenas para "tapar buracos". Estas medidas, inteiramente desajustadas de qualquer tipo de planejamento, segundo considerações feitas no Planalto, foram "marca registrada" do governo anterior.

O presidente Sarney está convencido de que todas as medidas de curto prazo que vierem a ser adotadas no seu governo devem guardar coerência absoluta com uma estratégia maior de política econômica regida por uma sistemática atuante de planejamento.

No pronunciamento que fará à Nação no próximo dia 22, considerado no Palácio do Planalto como "o mais importante da Nova República", o presidente Sarney irá definir a orientação básica da política econômica e social do seu governo e que vai servir de "sinalizador" para todos os segmentos da sociedade e também para o "público externo".

HARMONIA

Uma vez definida esta orientação o presidente Sarney vai exi-

gir que todo o seu ministério a ela se alinhe de maneira harmônica. A partir daí, segundo se informa no Palácio do Planalto, o ministro ou alto funcionário do Governo que se colocar contrário a esta linha de ação governamental, será substituído. Segundo se informa no Planalto, o pronunciamento do presidente Sarney definirá com clareza o pensamento do Governo, e marcará um passo decisivo rumo à unidade na ação ministerial.

A definição da política econômica e social do Governo, a ser feita no pronunciamento do presidente Sarney não vai deixar nenhuma lacuna no plano das prioridades nacionais, abordando desde a retomada do crescimento econômico até a renegociação da dívida externa. Segundo expectativas identificadas no Planalto, este pronunciamento do presidente Sarney deve se encarregar do grande recado do Governo à sociedade, e que é basicamente o seguinte: "O Brasil mudou. E vive uma Nova República, em todos os aspectos, no enfrentamento dos problemas políticos, econômicos e sociais e, principalmente, no que se refere à ética e à defesa da soberania nacional".

A política econômica do Governo, que deverá ser definida no pronunciamento presidencial, deverá partir de uma proposta de solução dos problemas do País no

médio e longo prazos, mas sem perder de vista o curto prazo. Só que as medidas de curto prazo devem ser coerentes com a orientação básica feita para o médio e longo prazos ou, do contrário, o Governo cairá na "armadilha" em que caiu o governo passado, de viver "da mão para a boca", abolindo todo o sistema de planejamento, o que vale colocar o futuro do País no domínio da incerteza.

CARENCIAS

A orientação definida da política social e econômica do Governo, a ser feita pelo presidente Sarney no próximo dia 22, foi entendida como necessária a partir de diversos contatos que o Presidente e seus assessores fizeram com líderes políticos, empresários e economistas de fora do Governo. Nestes contatos ficou constatada uma longa série de carências do governo do presidente Sarney, entre elas as seguintes:

O Governo precisa definir melhor sua política econômica, de maneira a infundir maior segurança na sociedade, notadamente nos meios empresariais e entre os investidores; deve buscar uma unidade de pensamento e de ação, pois que o choque constante entre autoridades da Nova República, com idéias profundamente divergentes, leva ao descrédito do Governo; é necessária a reestruturação de um sistema atuante de planejamento para dar solidez às ações de governo, unindo as medidas de curto, médio e longo prazos numa linha de coerência.

É necessário ainda ao governo conduzir com mais habilidade e de maneira mais firme as nego-

ciações com os credores externos e com o Fundo Monetário Internacional (FMI); o programa de ajustamento da economia a ser executado, não pode contribuir para agravar o problema da fome e do desemprego; e o combate à inflação deve atuar sobre suas causas, evitando-se medidas que apenas mascaram os aumentos de custos e as altas de preços.

FALHAS

No diagnóstico feito com base nesses contatos de observadores posicionados do lado de fora do Governo, constatou-se grandes falhas decorrentes da orientação imediatista identificada na área econômica, orientação esta que o Presidente pretende abolir.

Para se criar condições favoráveis ao combate à inflação, adotou-se durante um período de mais de 100 dias um congelamento dos reajustes das tarifas e dos preços do setor público. Este período deveria servir para que o Governo atacasse frontalmente as reais causas da inflação. Isto, todavia, não foi feito a contento, a julgar pelo fato de que grandes causas da inflação, como os encargos financeiros das dívidas externa e interna permaneceram intocados.

Outro exemplo está na administração dos estoques reguladores. O Governo formou um elevado estoque de alimentos, de quase 6 milhões de toneladas. Passou a entressafra e não se liberou os estoques. Resultado: vem aí novas pressões inflacionárias capazes de elevar as taxas aos níveis de 9%. Coisas deste tipo ocorreram por causa do descompasso entre as políticas de curto e de médio prazos. Em síntese, pela falta de um planejamento econômico.